Uma Sociedade Desescolarizada no Século XXI!

Uma Quase Realidade. E é Isso que Queremos??

Desde o início da escola de massas, obrigatória e institucionalizada, tem havido um fascínio pelo desenvolvimento do impulso do seu oposto ? informal, anti-autoritário, centrado no indivíduo, uma forma de aprender a ser verdadeiramente humano num mundo que perdia o seu rumo e nos arrastava consigo para o fundo. Esses novos espaços pedagógicos, como a escola criada pelo famoso filósofo americano John Dewey em Chicago, ou aquela criada por A. S. Neill ? Summerhill (exemplos mais recentes incluem a experiência que teve lugar nos anos 1970 na sequência da crise financeira da cidade - as ?Escolas Sem Muros? em Filadélfia) eram todas tentativas para reconfigurar o que é ensinar, aprender, escolarizar, para questionar o desenvolvimento humano e a democracia e pareciam estar ligadas à forma como estas ambições pudessem eventualmente ser realizadas.
Estas últimas experiências algo romanticizadas foram momentos de esperança e de abertura de possibilidades, nas aulas de sociologia da educação, durante o meu curso universitário; o perfeito antídoto para as nossas declarações de desespero e de pessimismo acerca do longo braço do Estado na sua acção de modelação dos corações e das mentes dos seus mais jovens e indefesos cidadãos. Estas histórias de ?esperança? ? enquanto possíveis alternativas ao sistema estatal, foram comparadas com as propostas de Ivan Illich ? o pedagogo radical e ? desescolarizador?- para organizar a aprendizagem como se se tratasse de uma rede, usando os recursos da comunidade. Illich não estava sozinho ? autores como Neil Postman e John Holt denunciaram também a escola; argumentavam que as escolas estatais reprovavam sistematicamente as crianças; eram a base sobre a qual se sustentava a desigualdade e se promovia uma forma particular de classe de conhecimento ?dominante?, negando, assim, outros conhecimentos.
Debatemos então estas ideias radicais ? fascinados pela sua crítica e ao mesmo tempo inseguros acerca do seu grau de realismo. Levantávamos questões acerca do facto de os governos estarem dispostos a deixar simplesmente a escola sair da sua alçada. No final de contas, as escolas eram instituições perfeitas para moldar os seus futuros cidadãos e trabalhadores. As escolas eram, além disso, o selo de contraste perfeito para os desvios do sistema. Exigindo a todos os seus cidadãos a sua frequência e dando a todos a mesma oportunidade significava que as diferenças que surgissem nas nossas oportunidades de vida eram o resultado dos nossos esforços individuais e respectivo mérito, mais do que qualquer coisa que o Estado pudesse fazer em favor das classes dirigentes e médias.
Nesta ordem de ideias, porque é que nos sentimos tão pouco confortáveis com o conteúdo do comunicado de 2001 da Comissão Europeia que precisamente se debruçava sobre as possibilidades de dar um passo significativo na introdução de suficiente capacidade e literacia digitais nos sistemas educativos dos estados-membro, suficiente para fortalecer a próxima geração de trabalhadores do conhecimento? Porque é que desconfiamos da sugestão do Relatório segundo a qual temos que reconsiderar muito fundamentalmente quem ensina (porventura jovens alunos poderiam de facto ensinar uns aos outros, ou aprender através da utilização de novo *software* para computadores) ou onde tem lugar esse processo (são adiantadas algumas sugestões ? como as comunidades locais ou a família)?
Interessada como estou neste tipo de questões, procurei identificar aquilo que poderia estar aí menos nítido, na periferia da visão que nos era oferecida ? ideias e experiências que não ocupavam o centro da cena. Por este motivo, e não porque sentisse que estava a surgir uma revolução levada a cabo pelo Estado (ou pela Europa enquanto estado-em-estado-de-espera), sintonizei as minhas antenas para o perímetro do ecrã do radar. Ao considerar o caso do comunicado da *Comissão sobre eLearning*, e dado que a própria Cimeira, assim como o relatório que se lhe seguiu, estavam organizados em torno das tecnologias digitais e pelas indústrias dos medias e da publicação, pareceu-me que a proposta para ?desescolarizar? e organizar em rede a aprendizagem estava informada mais por um interesse em abrir novos mercados e criar uma indústria educacional do que pela preocupação com aquilo que os jovens estão a aprender e com o efeito da sociedade da aprendizagem. A proposta de que o projecto fosse uma iniciativa conjunta entre empresas públicas e transnacionais (como a Apple e a IBM) dá já uma pista acerca da direcção e para que interesses o ponteiro indicava.
Mais recentemente em Londres assisti à apresentação de um novo projecto pelo *Departamento de Educação e Competências - Department of Education and Skills* (DfES)- e da *British Education Computing and Telecommunicaitons Agency* (Becta) chamado *Open Source Teaching*. Os professores neste projecto foram espalhados por uma série de escolas de um departamento local de educação. Formaram uma comunidade virtual ? não muito diferente da ideia de Illich de uma rede comunitária de recursos. No projecto, os professores colocavam em comum os recursos de ensino ? esses recursos foram digitalizados, rotulados como objectos de aprendizagem, codificados de modo a poderem ser objecto de busca e colocados numa base chamada *Repositório de Objectos de Aprendizagem*. O sistema permitia aos professores identificar que aspectos do curriculum queriam desenvolver, seleccioná-los ? a partir de um menu de possíveis recursos disponibilizados aos professores, constituindo uma combinação de recursos um evento de aprendizagem. Os professores podiam fazer compras no estilo da loja ? Amazon.com? de produtos de ensino-aprendizagem. Contudo, não eram encorajados a seleccionar nenhum dos produtos da loja; as suas escolhas eram, antes, silenciosamente guiadas por uma mão invisível que já tinha filtrado

as escolhas inaceitáveis.
Sendo certo que se pode argumentar que é necessário verificar a ?verdade? e a ?qualidade?, e que não basta misturar intensamente os nossos conhecimentos, o problema é que os meta-dados que constantemente classificam e seleccionam o conhecimento ?correcto? ou oficial não estão disponíveis para escrutínio. Este silencioso meta-professor nunca é questionado acerca de si próprio. Os ?bytes? de conhecimento são apresentados como se fossem indiscutíveis e inocentes. O facto de o seu autor (um professor?) nunca ser identificado, nem distribuída informação acerca de quando foi produzido o material ou para quem (ontem, há seis anos) sugere que este conhecimento é intemporal. É claro que as empresas de *software* e *hardware* ficaram felicíssimas por este tipo de desenvolvimento; uma escola fora das escolas formais; uma nova forma de organizar o ensino e a aprendizagem que coloca o homem e a mulher que estão no meio fora ? os professores!
Seria esta espécie de revolução que Dewey, Neill, e Illich sonharam? O que eu acho é que *eles* reconheceriam desde logo até que ponto a ?educação? se tornaria não só numa instituição ao serviço dos negócios, mas em si mesma um grande negócio. Os novos actores nesta área são, é claro, as empresas de TIC; elas têm novos produtos a promover, dólares e euros para ganhar, e almas para ser capturadas. Estarão estes desenvolvimentos a ser seguidos nos ecrãs dos educadores e do público em geral? Se não estão, deviam, ou acabaremos por ser indivíduos desescolarizados mais do que uma sociedade desescolarizada. Nesse caso, é mesmo a anarquia, e não uma sociedade crítica e justa, que queremos!